

Ata da Assembleia Municipal de Alpiarça – Reunião Ordinária realizada no dia 27 de Fevereiro de 2015 -----

----- Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro de dois mil e quinze, no auditório dos Paços do Município de Alpiarça, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alpiarça cuja Mesa foi composta pelo seu presidente: Fernando Rodrigues Louro e pelos 1.º e 2.º secretários, respetivamente: Henrique Miguel Caetano Santana e Júlio Manuel Fernandes Pratas, eleitos pela CDU-(PCP/PEV). -----

----- Para além dos membros da Mesa, compareceram nesta assembleia os seguintes deputados municipais: Ana Paula Agostinho Matias, Marco António Heleno Domingos da Silva, António Júlio Lopes Pereira, Pedro Miguel Victor da Piedade, Miguel Ângelo Félix Miranda, António José Guerra da Silva e Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontaínhas Amorim Cardigo, eleitos pela CDU-(PCP/PEV), Fernando Manuel Pereira Neves Ramalho, Luís Miguel Sá Pereira e Vera Cristina Melgado Capitão Ramiro, eleitos pelo Partido Socialista (PS), Mário Raul Santiago do Céu, Maria Gabriela Saturnino Pinhão da Silva Coutinho e Paulo Duarte Sardinheiro, eleitos pelo Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). Estiveram ainda presentes: o presidente da câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, bem como os vereadores Carlos Jorge Pereira e João Pedro Costa Arraiolos eleitos pela CDU-(PCP/PEV), Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar, eleito pelo Partido Socialista (PS) e Francisco José Saturnino Cunha eleito pelo Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT); -----

----- **A Ordem de Trabalhos** proposta na convocatória foi a seguinte: -----

----- **Ponto 1** - Apreciação do Relatório Anual de Atividades de 2014 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alpiarça.-----

----- **Ponto 2** - Discussão e votação das atas da Assembleia Municipal de 29 de Setembro de 2014 e 12 de Dezembro de 2014.

----- **Ponto 3** - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75 de 2013 de 12 de Setembro. -----

----- **Ponto 4** - Leitura, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme o disposto no n.º 1 do art.º 20 do Regimento. -----

----- **Ponto 5** - Apreciação e votação da Proposta de Deliberação sobre a Afetação de prédios ao Legado do Engenheiro Álvaro da Silva Simões. -----

----- **Ponto 6** - Discussão da situação da Concessão do Parque de Campismo de Alpiarça.-----

----- O Presidente da Mesa deu início à sessão eram vinte e uma horas e oito minutos, começando por cumprimentar todos os presentes e informando que os deputados João Osório, Celestino Brasileiro, Fernanda Garnel, Liliana Carapinha, Miguel Ângelo Lopes Eusébio, Hélia Bernardes, Orlando Rosa e Vanda Pereira, todos eleitos pela CDU-(PCP/PEV) e Ana Margarida Vences Rosa do Céu, Daniel Coelho e Vera Cavaco Assunção, eleitos pelo PS, pediram a suspensão do mandato e foram substituídos nesta sessão por: António Júlio Lopes Pereira, Miguel Ângelo Félix Miranda, Pedro Miguel Victor da Piedade e António José Guerra da Silva, todos eleitos pela CDU-(PCP/PEV) e Vera Cristina Melgado Capitão Ramiro, eleita pelo PS. -----

----- **1.º PERÍODO DO PÚBLICO** -----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu início ao primeiro de intervenção do público, começando por dar a palavra ao munícipe Eduardo Fernando Nunes Costa, que declarou querer apresentar um pedido de esclarecimento sobre o projeto “Viver o Tejo”, da NERSANT. -----

----- O munícipe referiu que tendo havido um seminário da NERSANT no início deste mês, a Câmara Municipal de Alpiarça não se fez representar. Esse projeto, um dos muitos que podem ser participados pelos fundos comunitários que, segundo o munícipe, irão trazer a Portugal cerca de 28 mil milhões de euros. O concelho de Alpiarça não integra este projeto e perguntou o que terá feito a Câmara para corrigir esta situação. Referiu que o concelho de Alpiarça, segundo fontes de alguém da NERSANT, não incluía o projeto porque não terá respondido à carta que lhe foi endereçada. Referiu também que este projeto também tem uma componente privada. Questão: "Faltou à verdade aquele senhor que disse ter notificado a Câmara e que o fez a Câmara para integrar este projeto? -----

----- Em seguida o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao deputado Daniel Filipe Coelho, do PS, que pediu a suspensão do mandato, e que irá falar como público, a título excecional, pelo facto de ter garantido que apenas iria falar sobre uma questão da sua vida privada.-----

----- O munícipe disse que integra o Conselho de Administração da Fundação José Relvas, e que nunca este Conselho pensou em pôr a Câmara em Tribunal, nem nunca

isso irá acontecer com este Conselho. Mais disse, que a cooperação entre a Câmara e a Fundação tem sido perfeita. Diz-se muitas coisas, mas a maioria das coisas que se dizem, não estão corretas. Contudo, em Setembro de 2014 foi pedida uma reunião à Câmara Municipal para, em conjunto, procurarem resolver o problema dos legados, com uma solução boa para as duas partes. Nessa reunião não esteve presente o Sr. Presidente da Câmara, estando a Câmara representada pelo Sr. Vereador João Pedro Arraiolos e pelo Chefe do Gabinete de Apoio ao Presidente, Sr. João Osório. Foi prometido que em Janeiro, iria haver uma nova reunião e que a Câmara iria apresentar um plano de pagamentos. Disse que estão quase em Março e essa reunião não se realizou e que continuam à espera de uma resposta. -----

----- Não havendo mais nenhuma inscrição por parte do público, o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder aos munícipes. -----

----- Respondendo ao munícipe Eduardo Costa, de facto já houve duas reuniões em Alpiarça da NERSANT, que solicitou à Câmara o espaço para a sua realização, o qual foi concedido obviamente. Não houve um convite específico à Câmara para estar presente, presume-se que a reunião seria com os sócios da NERSANT e outras empresas privadas do concelho. Uns dias depois houve uma reunião em Almeirim, com a NERSANT, esta sim com os autarcas do distrito e empresários e com a presença do Exmo. Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Castro Almeida, na qual o Município de Alpiarça esteve representado. Sobre a reunião e a suposta notificação, há que referir que a Câmara Municipal não é notificada por entidades privadas ou públicas. Apenas órgãos judiciais a podem notificar. O Projeto “Viver o Tejo” encontra-se em marcha, envolve uma variedade grande de empresas privadas e algumas autarquias e nesta fase, está mais desenvolvido nos concelhos do Médio Tejo, e não tem conhecimento, ainda, de nenhum caso nos concelhos da Lezíria. O Projeto “Viver o Tejo” da NERSANT está mais vocacionado para as empresas privadas e as autarquias, têm outros meios para desenvolvimento e promoção do turismo nas suas regiões, nomeadamente através das CIMs e da Regiões de Turismo. -----

----- Respondendo ao munícipe Daniel Coelho referiu que efetivamente o relacionamento entre a Câmara e a Fundação devem-se pautar com o maior respeito e assim tem acontecido, independentemente de algumas divergências históricas que têm acontecido. Disse não ter estado presente nessa reunião por impossibilidade devida a

uma razão que neste momento não se lembra. Deu a palavra ao Sr. Vereador João Pedro Arraiolos que representou a Câmara nessa reunião e na Fundação. -----

----- O Sr. Vereador disse que efetivamente ainda não foi realizada a reunião agendada, mas que a Câmara não esqueceu o assunto e que muitas ações têm sido feitas, tem-se procurado resolver os assuntos relacionados com a Fundação, inclusive a transferência mensal e certa de um montante. Ainda não foi possível definir o valor, mas com certeza que o iremos fazer. Também foi prometido que se iria constituir um conjunto de documentação permanente, para poder ser consultado por todas as partes. Ainda recentemente foram tomadas medidas para a execução de uma resolução já tomada, para se poder registar, sobre a questão da propriedade do edifício onde se encontra sediado o lar, no que respeita aos direitos de superfície. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, deu início a este período, aceitando inscrições para intervenções neste período, concedendo a cada deputado municipal um período de cinco minutos, face ao número de deputados inscritos. -----

----- Paulo Sardinheiro começou por felicitar o munícipe Eduardo Costa, por continuamente vir a esta Assembleia falar sobre assuntos de interesse municipal. De seguida opinou que é muito importante o município de Alpiarça estar na Plataforma da Nersant indicada pelo munícipe, porque é um Portal que representa todos os concelhos do Tejo e Alpiarça não está ali representada, considerou ainda que as explicações dadas pelo Sr. Presidente da Câmara foram típicas de um burocrata, típicas de um político, evasivas e não o satisfizeram. Depois abordou a questão das S.R.U. - Sociedade de Reabilitação Urbana, tendo havido uma apresentação pública há pouco tempo e questionou o Sr. Presidente da Câmara em que local do Site do Município estaria esse tipo de informação porque procurou e não a encontrou. Depois disse estranhar que estando esse programa em debate público, o mesmo não tenha vindo a esta Assembleia para um debate e confronto de ideias. Disse ainda que voltaria a este tema quando o Sr. Presidente entender que este tema deverá ser abordado nesta Assembleia como ponto da ordem do dia. Criticou o facto da Moção aprovada nesta Assembleia a Favor da Dignidade da Mulher não ter sido publicada no jornal Voz de Alpiarça, tal como tinha sido aprovado nesta Assembleia e apesar de já terem passado

dois meses, considerou que é um desrespeito pela bancada do Todos Por Alpiarça (PPD/PSD-MPT) e uma ocultação do trabalho da oposição. -----

----- Fernanda Cardigo, usou da palavra, afirmando que gostaria de comentar uma situação que se passou recentemente sobre a tomada de posição da ANAFRE - Delegação Distrital de Santarém, em relação às tarifas de limpeza de fossas, que reuniram em Alpiarça a pedido do coordenador distrital e que tomaram uma posição em relação ao assunto concreto da tarifa de limpeza das fossas. Disse que pelo que conseguiu perceber no nosso concelho não é muito grave, mas que em determinados concelhos e freguesias vai prejudicar as populações, porque essas populações necessitam que as fossas sejam limpas algumas vezes por ano, e há até freguesias que ainda não têm saneamento. Mais disse que tomaram esta posição, porque o assunto não foi bem equacionado, porque teriam julgado que a limpeza das fossas seria uma vez por ano, ou até mais espaçadamente, e o que é facto é que a tarifa atinge uma boa parte da população e haveria uma injustiça em relação a quem paga saneamento e a quem paga limpeza das fossas. Finalizou dizendo que a tomada de posição da ANAFRE - Delegação Distrital, foi especificamente para esta tarifa e não para outra de qualquer espécie. -----

----- Miguel Sá Pereira, usou da palavra afirmando que o partido socialista, a seu tempo e através do Sr. Vereador Pedro Gaspar alertou o Sr. Vereador Carlos Pereira para as questões da Albufeira dos Patudos, tendo em conta que andavam muitos peixes a aparecer mortos, até porque a água a olhos vistos não tinha qualidade e tinha um cheiro insuportável e na altura o Sr. Vice-Presidente da câmara teria dito que não era bem assim como o Sr. Vereador Pedro Gaspar dizia. Entretanto após uma prova de Triatlo que se tentou fazer, a concelhia do Partido Socialista reunida decidiu levantar a preocupação sobre esse caso, tendo a Federação de Triatlo cancelado a prova, que levou a que o PS tenha sido acusado de tentar boicotar uma prova em Alpiarça e de tudo e mais alguma coisa, mas não era esse o caso, estava-se perante um caso de Saúde Pública. Posteriormente a prova realizou-se, por se ter chegado à conclusão que o que a água tinha não fazia mal nenhum. Mais tarde em Agosto, o Sr. Vereador Pedro Gaspar entregou ao Sr. Presidente da Câmara um Relatório elaborado pela Sr.ª Eng.ª Vera Noronha, o qual indicava o problema da eutrofização da água da barragem. Em Setembro o mesmo vereador voltou a abordar essa problemática na câmara municipal

5/41

e até lá nunca teria sido feito nada. Por insistência do Sr. Vereador Pedro Gaspar, um Relatório do Instituto Português do Mar e da Atmosfera datado de 30 de setembro de 2014 foi entregue ao vereador a 20 de fevereiro de 2015. Segundo Miguel Sá Pereira este Relatório veio dar razão ao Partido Socialista, referindo que a eutrofização da água e a proliferação de certas bactérias provocaria a morte dos peixes, acrescentando que este ano o Executivo Municipal veio substituir a prova de Triatlo por um Duatlo o que acabaria também por dar razão ao Partido Socialista. O mesmo deputado depois fez seis perguntas concretas ao Executivo: “1 - Qual a razão de uma matéria deste calibre ser ocultada do conhecimento público durante 6 meses?”; “2 - Que medidas foram tomadas pelo Executivo da CDU-(PCP/PEV) depois de tomar conhecimento deste relatório?”; “3 - Permitiu e autorizou atividades de canoagem por parte de alunos da Escola EB 2,3 de José Relvas, depois de ter conhecimento deste relatório, cedendo as próprias canoas?”; “4 – Porque manteve autorização para a prática de pesca desportiva na barragem, depois de ter conhecimento deste relatório?”; “5 – Alguma vez notificou os utentes ou existe no local alguma informação a chamar a atenção para os problemas existentes naquelas águas e se informou as autoridades como o SEPNA para o conteúdo deste relatório?”; “6 – Foi e continuará o Executivo da CDU a ser negligente nesta matéria e se está preparado para arcar com eventuais responsabilidades civis ou criminais?” -----

----- Mário Santiago chamou a atenção para uma quantidade de atas da câmara municipal que não estarão publicadas no site do município, desde final de Julho do ano passado, que é tempo do Executivo resolver este problema das atas, opinando que é uma das formas que a assembleia municipal tem de fiscalizar a atividade da câmara municipal e que sem a publicação das atas não o pode fazer. O deputado chamou a atenção para a falta de um regulamento municipal que permita a redução da taxa de derrama para empresas geradoras de emprego e instaladas no concelho há menos de dois anos e perguntou se era possível saber quantas empresas teriam sido abrangidas por esta medida de redução de derrama. Sobre as águas da barragem, disse que o preocupa a ocultação do boletim das análises e não sabe se esse boletim aponta ou não para graves problemas nas águas da barragem, criticou o facto desse boletim de análises não ser divulgado à população, que esse boletim potencialmente aponta para graves problemas nas águas, e se a câmara municipal não quer tomar a iniciativa de

6/41

informar a população que não se aproxime daquelas águas, disse que o preocupa enquanto pai, que outros pais não sejam informados que as águas têm problemas, de modo a tomarem uma ação preventiva e possam impedir que os seus filhos se aproximem daquelas águas. -----

----- Paula Matias começou por felicitar o Executivo pela realização do Corso Carnavalesco, que está enraizado e continua a trazer à nossa terra muitos forasteiros e considerou que quem assistiu, gostou, ficou satisfeito, que foi bonito e divertido e opinou que esta iniciativa deverá ser para continuar. Sobre a Barragem dos Patudos a deputada opinou que o Partido Socialista pode ter razão nalgumas coisas que diz, mas com uma coisa tem de concordar, se tivessem dado razão ao PS quando o mesmo foi contra a construção da Barragem dos Patudos, estes problemas que estamos a ter com as águas e com os peixes já não se colocariam, porque nem sequer haveria Albufeira. Lembrou ainda que estes problemas vêm de há muitos anos, nunca foram resolvidos e agora cá está a CDU-(PCP/PEV) mais uma vez para os resolver. Quanto às atas da câmara em atraso, concordou que o atraso deve ser resolvido logo que possível, não concorda porém que a fiscalização à ação municipal não possa ser feita porque todas as reuniões estão gravadas e divulgadas em vídeo e podem ser consultadas em qualquer altura, por qualquer pessoa, em qualquer parte do mundo, basta ter acesso à Internet. -----

----- Concluídas as intervenções dos vários deputados o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às várias interpelações. -----

----- O Sr. Presidente disse que iria procurar responder sucintamente às questões colocadas pelos senhores deputados municipais, começando pelas questões colocadas pelo deputado Paulo Sardinheiro, alegando que a adesão à plataforma online da Nersant “Viver o Tejo”, é um processo que está em avaliação e o Executivo tem todo o interesse em promover o nosso concelho, pelos meios que temos ao nosso dispor e eventualmente este será um deles, referindo que há um conjunto grande de municípios do distrito que ainda não aderiu à plataforma e dos concelhos da CIMLT disse não ver qualquer concelho da mesma que tenha aderido, porque esta iniciativa da Nersant é recente e começou pelos municípios do Médio Tejo, os municípios do norte do distrito de Santarém. Quanto ao Programa Estratégico de Reabilitação Urbana - ARU 1 que foi aprovado na câmara municipal e do qual foi feita uma apresentação

7/41

pública, informou que toda a documentação está disponível no site na pasta dos Editais 2015 e na pasta dos Regulamentos e é o resultado do trabalho desenvolvido pela S.R.U. - Sociedade de Reabilitação Urbana que engloba os onze municípios da CIMLT. Referiu ainda que em Alpiarça já estão aprovadas três A.R.U.'s – Áreas de Reabilitação Urbana e que foi feita agora a apresentação pública da primeira ARU, acrescentando que processos idênticos estão a decorrer nos restantes municípios que compõem esta sociedade intermunicipal. -----

----- Relativamente à questão aqui trazida pela deputada municipal e presidente da junta de freguesia de Alpiarça, Fernanda Cardigo, e que tem a ver com a questão da limpeza de fossas, referiu que a questão ainda ontem foi discutida na Assembleia Geral das Águas do Ribatejo. É um processo que terá de ter uma solução de forma rápida, porque a AR ficou com a incumbência, por indicação dos municípios, de fazer a limpeza das fossas sépticas e a sua deposição nas ETAR's a partir de Fevereiro e a perspectiva que havia era de que o valor a pagar pelos proprietários das fossas sépticas em locais não servidos por saneamento, seria semelhante ao que pagam os munícipes que já dispõem de rede de saneamento público. Para os que estão em locais servidos por redes públicas de saneamento e não querem fazer a ligação, de acordo com o que estabelece a Lei, aí o pagamento seria mais elevado. O que se verifica é que em muitas situações os munícipes têm de fazer um conjunto largo de limpezas por ano o que torna o serviço bastante oneroso. Informou que Alpiarça tem apenas 36 fossas sépticas onde a limpeza era feita gratuitamente pela câmara, mas que por exemplo Salvaterra de Magos tem mais de 1000 fossas, onde anualmente são efetuadas 2000 limpezas, havendo depois Coruche e outros concelhos com situações semelhantes, realçando que Alpiarça é o concelho da Lezíria do Tejo com maior cobertura de água e de saneamento. Finalizou dizendo que o assunto está a ser tratado de modo que nenhum munícipe que não tenha rede de saneamento possa ser prejudicado em detrimento de outros que possuem saneamento. -----

----- Relativamente à intervenção do deputado municipal Miguel Sá Pereira, o Sr. Presidente disse que a sua grande preocupação é que o PS nunca se tenha preocupado com a situação das águas da Barragem dos Patudos antes de 2013 e nomeadamente que essa preocupação nunca se tenha manifestado durante os 12 anos em que o PS esteve à frente dos destinos de Alpiarça e nos quais já havia eutrofização das águas da

Barragem e que a pessoa que aqui foi referida, nomeadamente a Eng.^a Vera Noronha e que foi Presidente da Assembleia Municipal e que pela sua formação académica tinha perfeito conhecimento do assunto, que já vem de há anos, nunca tivesse levantado aqui esse problema na Assembleia Municipal. O Sr. Presidente afirmou que já desde 1996 que a água da barragem de Alpiarça é considerada má ou muito má. Lamentou também que em tempos idos, quando era possível fazer crescer a dívida e até não pagando a fornecedores ou pagando a uns e não pagando a outros, não se tivesse aproveitado para solucionar este problema que na altura já existia. Mais disse que todos sabemos que a água da barragem tem problemas, que já lá morreram peixes, que a água está verde, que por vezes cheira mal, mas que o Executivo da CDU-(PCP/PEV) nunca escondeu nem pode esconder este problema porque ele está à vista de todos. Quanto às análises de que aqui falaram, nunca qualquer dos eleitos pediu o seu resultado ao Executivo e foi um munícipe aqui numa reunião de câmara que fez a sugestão para que enviássemos o documento aos senhores vereadores. Neste momento o Sr. Vereador Pedro Gaspar solicitou a defesa da honra. O Sr. Presidente continuou a sua intervenção alegando que no verão passado, no dia em que decorreu a prova de Triatlo aqui falada e que coincidiu com a realização do Festival do Melão, a indicação que tínhamos da A.P.A. - Agência Portuguesa do Ambiente, foi de que as águas da barragem dos patudos apresentavam condições para a realização do segmento de natação da prova de triatlo, que se veio a realizar. Quanto à substituição da prova de Triatlo por uma prova de Duatlo, é natural que isso aconteça devido à evolução das condições da água da barragem e isso foi aqui assumido pelo Sr. Vereador João Arraiolos, uma vez que não havia garantias que na data em que se costuma realizar o Triatlo, houvesse condições de realizar o segmento natação na Barragem dos Patudos, até porque a situação se tem vindo a agravar e também por todo o alarido que se tem levantado à volta desta questão. Quanto à resposta às seis questões concretas colocadas pelo deputado Miguel Sá Pereira, o Sr. Presidente da Câmara disse que na globalidade já respondeu às mesmas, mas se quiserem terá todo o gosto em fazê-lo por escrito através da Mesa da Assembleia Municipal. -----

----- Quanto à questão colocada pelo deputado Mário Santiago, sobre o atraso na publicação das atas da câmara, disse que é um tema que tem sido debatido, que é uma preocupação do executivo, que é um assunto que já assumiu como sendo da sua

responsabilidade e que é um facto que está a haver dificuldade em recuperar atas da câmara que estão atrasadas, e mesmo redigir as atuais em tempo útil de serem aprovadas. Não concorda que se afirme que o facto do atraso na publicação das atas prejudique a fiscalização da câmara municipal, pela Assembleia Municipal, porque todos os vídeos das atas das reuniões de câmara estão publicados no youtube. Quanto à informação sobre a isenção de taxa de derrama deixou essa informação para explicação do Sr. Vereador João Arraiolos, adiantou no entanto a isenção da Taxa de Derrama aludida pelo Sr. deputado Mário Santiago, é uma questão que já se colocou o ano passado e julga que não há necessidade de regulamentação e que a informação que há por parte das Finanças, é que as empresas têm mecanismos para conseguirem a isenção da Taxa de Derrama. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa disse que antes de dar por concluído este período, queria informar o Sr. Deputado Paulo Sardinheiro que a sua informação sobre a não publicação da Moção em Defesa da Dignidade da Mulher, o apanhou completamente de surpresa, que irá averiguar os motivos da não publicação e que um simples telefonema, quando deram pela falta, poderia ter resolvido a questão, disse ainda que o eventual lapso da não publicação de uma moção, não deve ser entendido como falta de respeito pelos elementos da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). Sobre o pedido de defesa da honra solicitado pelo Sr. Vereador Pedro Gaspar, informou que o mesmo lhe será concedido em momento oportuno. O Sr. Presidente da Mesa deu por concluído o Período de Antes da Ordem do Dia. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **Ponto 1 - Apreciação do Relatório Anual de Atividades de 2014 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alpiarça.**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa pôs este primeiro ponto da ordem do dia à discussão, solicitando a inscrição dos deputados que nele quisessem intervir, informando que estava presente na sala o Dr. Ricardo Luciano, como representante da C.P.C.J. - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alpiarça, para prestar eventuais esclarecimentos. ----

----- Maria Gabriela Coutinho no uso da palavra disse que analisou o Relatório Anual de Atividades de 2014, que o achou muito completo e disse só ter pena de não haver um gráfico comparativo da evolução relativamente a anos anteriores. O representante da C.P.C.J. no uso da palavra informou que o Relatório até podia ser um bocadinho melhor

mas que a CPCJ de Alpiarça, assim como todas as CPCJ do país têm de fazer os seus Relatórios seguindo os parâmetros que a Comissão Nacional exige, havendo até um formulário standard online para se preencher apenas com os dados exigidos. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu por concluído este ponto, e propôs que fosse feito um intervalo de dez minutos. -----

----- **Ponto 2 - Discussão e votação das atas da Assembleia Municipal de 29 de Setembro de 2014 e 12 de Dezembro de 2014.** -----

----- O Sr. Presidente da Mesa pôs o ponto à discussão, solicitando a inscrição dos deputados que se quisessem pronunciar sobre a redação destas duas atas. -----

----- Paulo Sardinheiro usou da palavra para pedir que na ata de 12 de Dezembro, está omissa na ata uma frase algures na página 7/22 que faça referência à decisão aprovada de publicar no jornal “Voz de Alpiarça”, a Moção sobre a Dignidade da Mulher, apresentada pela bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). O deputado sugeriu ainda ao Sr. Presidente da Mesa que sejam anexadas às atas, estas moções, para que em qualquer altura quem consultar uma ata possa tomar conhecimento do teor das mesmas, independentemente do alcance que elas possam ter. -----

----- Mário Santiago referindo-se à ata de 29 de Setembro, fez o reparo de que no final da página doze aquando da aprovação da ata de 30 de Abril, há a referência a duas abstenções, por ausência dos signatários, mas não refere os nomes dos mesmos, disse pensar que há uma declaração de voto, mas que não consta quem a fez. Na página dezoito disse que há a referência em três linhas de ata à apresentação e leitura por parte de Mário Santiago em nome da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPS/PSD-MPT) de um Voto de Protesto contra a atuação do atual Executivo CDU-(PCP/PEV), mas que nada é referido sobre o teor do documento e que depois há trinta e sete linhas nas considerações que os deputados e o Sr. Presidente da Câmara fazem ao Voto. Em sua opinião ou se transcreve o Voto na íntegra ou no mínimo se faz um texto mais completo sobre o conteúdo do Voto. Por último nesta ata, na página trinta e dois, há uma referência à intervenção de uma munícipe, que teria feito algumas críticas à Alpiagra, mas depois não é escrito o teor das críticas, o que deixa a intervenção da munícipe demasiado pobre. O deputado Mário Santiago referindo-se depois à ata de 12 de dezembro, referiu que na página oito, linha vinte sete, há referência à votação de uma

moção que foi aprovada com nove abstenções e sete votos a favor, mas não está especificado quem se absteve e quem votou contra. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa relativamente à sugestão de alteração proposta pelo Sr. deputado Paulo Sardinheiro disse que será colocado em ata o que eventualmente faltar, quanto à sugestão de anexar as moções às atas, mostrou-se recetivo à sugestão e que a Mesa irá analisá-la. Quanto às alterações propostas pelo Sr. deputado Mário Santiago, sendo mais extensas, disse que irá ouvir as gravações e propôs que as atas sejam aprovadas tal como estão e que a mesa se encarregará de fazer as devidas correções e só a partir daí serão publicadas. O Sr. Presidente da Mesa afirmou ainda que as atas da Assembleia Municipal de Alpiarça são em sua opinião demasiado extensas para aquilo que é exigível por lei que conste numa ata, afirmando que o que a lei manda é que *“De cada sessão ou reunião é lavrada ata, a qual contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da sessão ou reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações e, bem assim, o facto de a ata ter sido lida e aprovada”*. O deputado Mário Santiago opinou que não faz sentido estar a votar uma coisa que está errada, que contém lacunas graves que não constem numa ata, e que inclusivamente o sentido de voto não está expresso. O deputado Paulo Sardinheiro opinou que as atas deviam ser corrigidas e voltarem a uma próxima assembleia para votação. O Sr. Presidente da Mesa opinou que já no presente mandato e certamente em mandatos anteriores se aprovaram as atas com as correções sugeridas, correções que foram feitas à posteriori e só depois efetuadas as publicações das atas. -----

----- Fernando Ramalho usou da palavra para dizer que habitualmente as próprias moções já contém no seu texto os órgãos de comunicação ou entidades para onde se propõe que sejam enviadas, pelo que no seu entender não faz sentido estar a voltar a referir isso em ata, o que acabaria por ser uma duplicação. -----

----- Paulo Sardinheiro afirmou que relativamente à ausência de certas exposições que são feitas aqui até aceitava que “para nós como deputados municipais e havendo este combate político, que nos cortem parte daquilo que nós dizemos”, mas que não podia aceitar como deputado municipal, que a intervenção de um munícipe que vem aqui por sua iniciativa própria, veja as suas palavras cortadas, que é um desrespeito e que devemos promover essa manifestação pública e acarinhar essa participação cívica. O Sr.

12/41

Presidente da Mesa respondeu ao deputado que é uma opinião como qualquer outra e lembrou que a lei relativamente às atas e à intervenção do público refere textualmente *“As atas das sessões e reuniões, terminada a menção aos assuntos incluídos na ordem do dia, fazem referência sumária às eventuais intervenções do público na solicitação de esclarecimentos e às respostas dadas”*. -----

----- Fernanda Cardigo considerou que em relação às atas, o que se deveria alterar seria apenas o sentido de voto, considerou que, o que é uma falta de respeito é o que o Sr. deputado Paulo Sardinheiro acabou de dizer, afirmando que lhes cortam parte das suas intervenções, porque as atas da assembleia municipal e da câmara municipal são redigidas por um funcionário da autarquia e não pela Mesa, nem pelo Executivo, que não têm intervenção na sua redação. O Sr. Presidente da Mesa afirmou apesar dessa tarefa estar entregue a um funcionário da câmara, é preciso não esquecer que o conteúdo das atas é da sua responsabilidade, da responsabilidade da Mesa, e o que tiver de ser corrigido, será corrigido. -----

----- Paula Matias opinou que as atas são recebidas com alguma antecedência, que nessa altura os senhores deputados poderiam fazer chegar ao Sr. Presidente da Mesa as alterações que considerassem necessárias e lembrou também que sendo as atas um resumo do essencial não podem de modo algum conter tudo o que é dito por todos os intervenientes nas sessões e que é óbvio que para se fazer um resumo haverá sempre quem ache pouco o que a ata contém. Considerou que isso não é grave e até está na lei, o que é grave é estar constantemente na desconfiança de quem exerce as funções. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa pôs a ata de 29 de setembro à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com 7 votos a favor e 2 abstenções (Henrique Caetano Santana, António Júlio Pereira e António Silva) da bancada da CDU – (PCP/PEV), 2 votos a favor e 1 abstenção (Vera Capitão) da bancada do PS e 3 votos contra da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

----- Maria Gabriela Coutinho em declaração de voto, disse ter votado contra porque embora tenha tido em conta as retificações que vão ser introduzidas na ata sob compromisso do Sr. Presidente da Mesa, considera que uma ata, na sua opinião, deve reproduzir fidedignamente todos os assuntos que se abordam e todas as votações e deliberações tomadas em relação aos pontos aqui discutidos, e considerou que a presente ata não cumpre essa função. -----

----- Fernanda Cardigo em declaração de voto disse que tinha votado a favor, tendo em consideração o compromisso do Sr. Presidente da Mesa em efetuar a retificação da parte da ata onde não se encontram discriminados os sentidos de voto. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa pôs a ata de 12 de dezembro à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, 8 votos a favor e 2 abstenções (Henrique Caetano Santana e António Júlio Pereira) da bancada da CDU – (PCP/PEV), 2 votos a favor e 1 abstenção (Vera Capitão) da bancada do PS e 2 votos contra e 1 abstenção (Paulo Sardinheiro) da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

----- Maria Gabriela Coutinho, afirmou que a sua declaração de voto, feita anteriormente se aplicava também à presente ata posta à votação. -----

----- Fernanda Cardigo afirmou também que a sua declaração de voto, feita anteriormente se aplicava também à presente ata posta a votação. -----

----- Mário Santiago em declaração de voto, afirmou textualmente “votei contra nas duas votações, porque as atas não descrevem o sentido de voto dos deputados municipais, o que é grave e inconcebível, porque atenta contra o estado de direito e corrompe os primados da democracia representativa, tem lacunas de conteúdo que deturpam a intervenção dos participantes, censuram riqueza de conteúdo de intervenção dos munícipes que cumpriram um direito cívico em vir colocar assuntos à apreciação deste plenário, dou como exemplo o caso da munícipe Cláudia Hortelão”. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu por concluído este ponto. -----

3 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75 de 2013 de 12 de Setembro.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, por um período de dez minutos para fazer a apresentação desta sua informação. -----

----- No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara começou por referir a situação financeira da Câmara, cujo quadro se encontra na última página desta informação e demonstra o processo da recuperação financeira do município de Alpiarça em que neste momento a dívida global é de dez milhões, quatrocentos e setenta e nove mil euros e havendo neste momento uma diminuição de dívida na ordem dos dois milhões e setecentos e cinquenta mil euros, relativamente à dívida apurada em auditoria e reportada ao final do ano de dois mil e nove o que representa um abatimento na dívida

superior a vinte por cento. Referiu que é um processo de vulto iniciado no primeiro mandato da CDU-(PCP/PEV) que se deverá prolongar por dez a doze anos. Neste momento houve uma interrupção do deputado Paulo Sardinheiro que acusou o Sr. Presidente de estar a divagar. Depois o Sr. Presidente deu nota de um conjunto de reuniões que têm sido realizadas com uma série de empresas de certa envergadura que operam na área territorial do concelho. Destacou a realização da assinatura do protocolo-Espaço do Cidadão - Auditório da Fonte Boa, com a AMA - Agência para a Modernização Administrativa e com a presença do Sr. Secretário de Estado da Modernização Administrativa. Destacou ainda a participação em Oeiras na Gala dos 25 anos do Triatlo, com a presença dos Triatletas do C.D. “Os Águias” com vários títulos nacionais, individuais e coletivos. Deu nota, como aliás já tinha sido referido pela deputada Paula Matias, da realização do Corso Carnavalesco com a presença de vários carros alegóricos e grupos de foliões, com muito público a assistir, gente do concelho e muitos forasteiros também, como tem acontecido ao longo dos últimos anos. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa abriu a discussão do ponto, solicitando a inscrição dos senhores deputados que se quisessem pronunciar sobre esta informação escrita e verbal prestada pelo Sr. Presidente da Câmara, concedendo cinco minutos a cada deputado. -----

----- Paulo Sardinheiro pediu algumas explicações sobre uma reunião realizada no dia vinte seis de Janeiro, com a AIDIA, sobre um projeto de “Ação Auxiliar Educativa”, gostaria de saber do que trata este projeto, se seria desta vez que iríamos ter o ensino do Mandarin em Alpiarça e o que é que a Câmara ou a Aidia estão a fazer nesse sentido. Sobre o envolvimento da Câmara Municipal no Carnaval, até compreende porque há um grande apoio financeiro e logístico da mesma, já o mesmo não compreende sobre o envolvimento e apoio da Câmara Municipal na realização do “Enterro do Galo” que supostamente é uma iniciativa que parte das associações. A última pergunta do deputado teve a ver com a realização do VI Fórum – Movimento Associativo de Alpiarça – Auditório dos Patudos, questionando nomeadamente se há conclusões e se houve algum plano de ação relativamente ao que foi discutido. Quanto à evolução da situação financeira e a redução da dívida, considerou-a lógica e normal, dado que decorre do que está previsto no Plano de Saneamento Financeiro. -----

----- Mário Santiago perguntou se as reuniões tidas com as empresas de Alpiarça, foram meras reuniões de cortesia, se foram da iniciativa da Câmara ou a pedido das

empresas e se foram tiradas conclusões. Perguntou também qual o resultado da reunião havida com a EDP. Depois disse ter reparado que também se realizou uma reunião com os moradores do condomínio do prédio do Centro Cívico, sobre a famosa questão dos elevadores e fez um breve historial da atuação da CDU-(PCP/PEV) aquando da construção dos elevadores, que teria culminado numa queixa que a CDU-(PCP/PEV) fez ao Ministério Público, e que agora a decisão do tribunal é a possível demolição dos elevadores. O deputado perguntou quem iria ressarcir os moradores que compraram os apartamentos, se os elevadores vierem a ser demolidos, já que os moradores desconheciam a situação ilegal em que os mesmos se encontravam ao serem construídos em terrenos do domínio público. Disse supor que a câmara tudo está a fazer para que os elevadores não sejam demolidos e sugeriu que a mesma possa dispensar os serviços do seu advogado, ao condomínio, se eventualmente os moradores tiverem de iniciar uma batalha judicial contra a referida demolição. Em relação à situação financeira, disse agradecer-lhe a diminuição da dívida e opinou que a austeridade em Alpiarça também está a funcionar e o plano de ajustamento está a dar resultado. -----

----- Marco Silva no uso da palavra disse que parece haver algum mau estar e alguma indiferença por parte da oposição quando se fala da dívida e da redução da mesma, como se fosse uma coisa banal. Realçou que não seriam poucas as obras que se poderiam realizar em Alpiarça se os dois milhões e meio abatidos à dívida pudessem ser investidos em melhoramentos no concelho. Realçou que algumas destas pessoas que são indiferentes ao esforço que a câmara faz para amortizar a dívida, e que criticam a mesma por não fazer obras, nem fazer nada, são as mesmas que estiveram a apoiar determinadas ações de executivos anteriores que deixaram como herança uma dívida superior a treze milhões de euros. Lamentou que essas pessoas agora desdenhem do esforço que é feito e terá de ser feito durante dez a doze anos para cumprir o PSF e considerem que seja uma coisa lógica, natural e simples, prescindir nestes últimos anos, de dois milhões e meios de euros, subtraindo-os aos parques orçamentos municipais, para amortizar uma dívida que superava os treze milhões de euros. -----

----- Paula Matias, usou da palavra para dizer que o Sr. Presidente da Câmara é acusado de falar muito, mas afinal parece que falou pouco, porque ainda vai ter de reforçar as informações prestadas a esta assembleia sobre a atividade da câmara, nomeadamente sobre o que é vai fazer a certas reuniões, tendo a certeza de que o Sr.

16/41

Presidente da Câmara não vai para este tipo de reuniões para se divertir, mas sim para tratar de assuntos sérios do interesse de Alpiarça e dos alpiarçenses. Relativamente ao apoio dado ao Enterro do Galo, frisou que este Executivo ao contrário de outros anteriores tem dado grande apoio às associações do concelho e esses apoios nem sempre passam por apoios monetários, mas muitas vezes logísticos. Lamentou que os deputados ao invés de estarem satisfeitos com os apoios dados aos clubes e coletividades do concelho pela câmara, ainda usem a ironia como arma. O deputado Fernando Ramalho pediu um ponto de ordem à Mesa, para criticar o facto de já por várias vezes alguns deputados se inscreverem em último lugar para depois tecerem comentários e críticas, sobre as intervenções de deputados que intervieram anteriormente, em vez de dirigirem perguntas ou pedidos de esclarecimento ao Presidente da Câmara, levando-o a ponderar se não deverá começar a usar o mesmo truque em intervenções futuras, porque agora se quiser dar uma resposta ao deputado não pode. O Presidente da Mesa, referiu que o Regimento não proíbe que os deputados se pronunciem sobre as intervenções de outros deputados, além de que há sempre a possibilidade do contraditório. A deputada Paula Matias continuou a sua intervenção, lamentando esta interrupção, alegando que quando os outros colegas falam ela mantém-se calada, e afirmou que a oposição que os comunistas fizeram à construção dos elevadores no prédio do Centro Cívico foi um trabalho bem feito, tanto foi bem feito que o tribunal veio a dar-lhes razão, porque os elevadores não constavam do projeto inicial, e foi por isso que o projeto passou, e foram construídos depois do prédio estar concluído, em terrenos do domínio público e é bem visível para todos que os elevadores ocupam parte do passeio e do estacionamento e foi por isso que os comunistas começaram logo na altura a questionar o executivo socialista, que poderia e devia ter ao menos tentado resolver o problema, que não resolveu e hoje cá está a maioria CDU-(PCP/PEV) para o resolver. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa ao abrigo do n.º 2 do art.º 24.º do Regimento, abriu um segundo período de intervenções de vinte minutos, a distribuir proporcionalmente por cada deputado e voltou a aceitar inscrições para discussão deste ponto. -----

----- Maria Gabriela Coutinho relativamente aos elevadores construídos nos prédios da Praça José Pinhão (Centro Cívico) afirmou que a deputada Paula Matias tem toda a razão e que de facto os elevadores foram construídos após a conclusão dos prédios, no

segundo mandato do PS, numa permuta com o empreiteiro que cedeu o espaço onde hoje funciona o Posto de Turismo, prédios esses cuja construção se iniciou no primeiro mandato do PS quando ela era vereadora desse executivo. Recorda-se perfeitamente de toda a gente falar na altura que os elevadores eram ilegais, tanto que agora a decisão do tribunal vai nesse sentido. -----

----- Mário Santiago voltou a usar da palavra para dizer que efetivamente os elevadores estão ilegais e concordou que a culpa é do PS, mas se estão ilegais alguém tem de os legalizar, considerou no entanto que a ação política da CDU-(PCP/PEV) foi redutora porque andaram um ano a falar da ilegalidade dos elevadores, sabendo que aquela queixa no ministério público iria prejudicar os moradores do prédio. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara tentou de imediato exercer o contraditório ao deputado, sendo informado pelo Sr. Presidente da Mesa que apenas o deveria fazer após a intervenção de todos os inscritos nesta segunda parte da discussão do ponto. -----

----- Marco Silva disse que queria ser muito breve e em relação ao que foi dito pelo deputado Fernando Ramalho, afirmou que o mesmo tem dezenas de intervenções a mais do que ele próprio que hoje ainda só fez uma intervenção, e o que tem reparado é a maioria dos deputados da oposição não se limitam a colocar questões, o que tem verificado é que por cada pergunta que fazem tecem uma ou várias considerações, sendo o deputado Fernando Ramalho um dos que o faz. Por outro lado opinou que não vê onde se possa fazer o debate político de ideias nesta assembleia, apresentando apenas questões e não tecendo considerações acerca do que os outros deputados afirmam. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões e considerações feitas pelos senhores deputados. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara começou por responder às questões colocadas pelo deputado Paulo Sardinheiro dizendo que o deputado achou alguma estranheza no apoio que a câmara dá às associações, a câmara apoia financeiramente as coletividades nos termos definidos em regulamento apropriado e com aprovação em reunião da câmara municipal, e dá apoio logístico quando o mesmo é solicitado e se houver disponibilidade de meios, no caso do “Enterro do Galo” o apoio foi meramente logístico, com montagem de palco, cedência de som e electricista. Ao que o deputado Paulo Sardinheiro respondeu que era só isso que pretendia saber e nada mais. O Sr. Presidente da Câmara afirmou, que não foi apenas isso, porque ouviu-se perfeitamente na sala alguém dizer em tom

18/41

provocatório, que “o apoio se calhar foi para comprar o galo”. Quanto ao Mandarim disse não haver aqui nada combinado com a AIDIA em termos de ensino de Mandarim, o que se tratou com a AIDIA, foi um conjunto de ideias que nos vieram apresentar para formação das pessoas que exercem funções numa área que anteriormente se designava de “auxiliares de ação educativa”. Quanto às reuniões com as principais empresas no concelho, o Sr. Presidente disse que tinha referido no início que algumas reuniões foram feitas a pedidos dos empresários e outras a pedido da câmara e onde foram abordados temas da conjunta económica, do funcionamento das empresas, dos problemas, das perspetivas das mesmas para o presente e para o futuro e da eventual necessidade de intervenção da câmara municipal em situações pontuais. Quanto à reunião com a EDP explicou que a reunião se destinou a avaliarmos a situação dos consumos, da iluminação pública, da iluminação dos edifícios municipais e foi também abordado o tema das novas tecnologias de iluminação e na eventual possibilidade de se avançar para a colocação de novas luminárias, tendo em conta que estão a ser desenvolvidos projetos piloto nesse sentido. Quanto à situação da dívida disse deixar para o Sr. Vereador João Arraiolos, não deixando de frisar que a diminuição da dívida não tem só a ver com o cumprimento de planos de ajustamento, tratasse do cumprimento de regras que foram estabelecidas com nova legislação, com o não cumprimento de regras que já estavam estabelecidas no tempo de executivos anteriores, regras que não foram cumpridas e que depois deixaram resvalar para uma situação difícil em termos financeiros. Afirmou que o deputado Mário Santiago sabe muito bem tudo isto, porque era na altura Presidente da Assembleia Municipal pela CDU-(PCP/PEV) e acompanhou todo este processo. Quanto à questão dos elevadores do Centro Cívico, o Sr. Presidente da Câmara pediu em reunião de câmara que o assunto fosse abordado com a máxima parcimónia, dados os interesses envolvidos, principalmente dos moradores, que foram todos convidados a estarem presentes numa reunião com a câmara e com o gabinete jurídico, onde foram debatidas as ações a desenvolver pela câmara e os passos a seguir para legalizar esta situação, que desde a primeira hora se sabia que era ilegal. O Sr. Presidente da Câmara disse ainda que tendo o deputado Mário Santiago, sido Presidente da Assembleia Municipal pela CDU-(PCP/PEV), considere a hipótese de um vereador da CDU-(PCP/PEV), sendo conhecedor de uma situação ilegal, não abordasse o assunto em reuniões de câmara e que os deputados da CDU-(PCP/PEV) não o fizessem em sessões da assembleia municipal. Frisou que a alerta

do assunto foi feita numa altura em que os elevadores estavam em construção, que não havia frações constituídas e como tal os prédios só tinham um único proprietário que era o promotor imobiliário. Havia necessidade imediata de legalizar aquela situação. Tanto assim era que o Tribunal veio dar razão à CDU-(PCP/PEV) e declarou nulos os atos praticados pelo presidente da câmara da altura, que autorizou aquelas construções. Mais informou que o atual Executivo fez já as diligências necessárias à legalização dos elevadores, informando o Ministério Público e o Tribunal, das diligências que está a tomar, as únicas possíveis, baseadas nos pareceres de técnicos da área urbanística e jurídica, deu por terminada a sua intervenção e deixou a questão do Fórum Associativo e da situação financeira do município para serem respondidas pelo Sr. Vereador João Arraiolos. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa ao abrigo do n.º 1 do art.º 13.º do Regimento e dado já terem sido atingidas as 24:00 horas pôs à consideração do plenário o prolongamento dos trabalhos. O prolongamento dos trabalhos foi aprovado com 10 votos a favor da bancada da CDU-(PCP/PEV), 3 abstenções da bancada do PS e 3 votos contra da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

----- O Sr. Vereador João Arraiolos informou que no passado dia vinte e dois de Fevereiro decorreu o VI Fórum do Movimento Associativo de Alpiarça, uma iniciativa do movimento associativo de Alpiarça desde o seu início e que contou sempre com a parceria da câmara municipal. O que se procura com este fórum é agregar todas as associações e coletividades do concelho, ouvir as suas preocupações e ansiedades e ao mesmo tempo projetar as suas atividades e conseguir-se um entendimento de articulação dessas atividades. Em termos de conclusões, são a necessidade de haver a articulação dessas atividades e conseguir-se fazer alguma centralização das mesmas através da câmara municipal, porque fazendo chegar o pedido de apoio e divulgação à câmara municipal, consegue não só maximizar-se recursos, às vezes até entre coletividades, como evitar que haja coincidência de várias atividades e por vezes precisarem do mesmo tipo de apoio e destinadas ao mesmo público. Desenvolver-se também uma ação informativa com a Federação Distrital das Coletividades Amadoras que alertou principalmente alguns problemas de fiscalidade, e de organização e responsabilidade dos dirigentes em termos legislativos, e que foi muito proveitosa nesse

aspecto no sentido de alertar as próprias associações e coletividades para as suas responsabilidades para os riscos que podem advir da sua ação. -----

----- Quanto à questão da austeridade e do pagamento da dívida a uma média de 450.000 euros ano, quando a CDU-(PCP/PEV) está cá há pouco mais de cinco anos. A austeridade compreende-se que as pessoas se vejam privadas de alguns dos seus apoios e em termos do nosso concelho, a câmara tem feito todos os esforços, em que pelo menos nos apoios diretos que o concelho dá às associações e coletividades, quer nos apoios sociais, que os de hoje não sejam penalizados em relação aos de ontem e mesmo assim conseguimos reduzir a dívida em 20,5%, quando a nível nacional vemos as pessoas a verem os seus direitos cada vez mais retirados na saúde e na ação social e vemos a dívida a aumentar, quando no concelho de Alpiarça tem acontecido o contrário e não compreende porque é que constantemente vem aqui essa comparação e porque é que tem de estar sempre a dar as mesmas respostas, e finalizou afirmando que não o conseguirão calar e que falará até que a voz lhe doa. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara deixou no ar as interrogações: Se austeridade será pagar bolsas de estudo aos alunos do ensino superior, quando não se pagava antes? Austeridade será aumentar os apoios sociais aos alunos do pré e do primeiro ciclo? Austeridade será baixar os impostos municipais e continuar a servir as populações? Considerou que austeridade é aquilo que o governo do partido pelo qual os críticos foram eleitos, está a fazer todos os dias ao povo português. Acrescentou que não faz sentido, a não ser por má-fé política, porque as pessoas não são estúpidas, que constantemente se repise a mentira, quando sabem que as regras do jogo mudaram e as câmaras têm todas obviamente de ser extremamente cuidadosas com os seus gastos e quando sabem também que conforme foi dito logo no início, já foram liquidados até agora mais de 20% da dívida total, reportada ao final do ano de 2009, o que significa um esforço financeiro de enaltecer e não de menosprezar e desvalorizar. -----

----- **Ponto 4 - Leitura, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme o disposto no n.º 1 do art.º 20 do Regimento.** -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, antes de começar a discussão deste ponto, disse o seguinte: " O ano passado nesta mesma Assembleia do final de fevereiro foram também apresentadas várias propostas de atribuição da Medalha da Liberdade a várias personalidades, pela bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) e eu não deixei que

21/41

essas propostas fossem discutidas e não deixei, e deixei claro porque tinha de respeitar a Lei, tinha de respeitar o Regimento e tinha de respeitar os outros Deputados, que tinham que receber as propostas com cinco dias de antecedência, para poderem meditar sobre elas, para poderem discutir sobre elas, para que quando viessem para a Assembleia soubessem qual o sentido de voto que pretendiam usar. E é esse direito dos senhores deputados puderem, com tempo analisar as propostas, que a Lei procura salvaguardar ao estabelecer aquilo que é estabelecido." O Sr. Presidente da Mesa acrescentou que depois dessa sua tomada de posição, a CDU-(PCP/PEV) foi atacada e ele próprio também, e começaram a alegar que só não deixaram as propostas passarem porque não gostavam do Manuel Duarte. Garantiu que da sua parte não se tratou de nada disso, tendo-se limitado a cumprir a Lei e o Regimento e pensava ele que o assunto tinha ficado definitivamente arrumado na cabeça dos senhores deputados, ou seja, propostas de deliberação, com exceção de Moções, das Recomendações e dos Votos, todas as restantes propostas para deliberação têm de dar entrada na Mesa da Assembleia Municipal, cinco dias antes da discussão dos pontos. Disse que nem sequer dá hipótese de isso não acontecer por respeito da Lei, por respeito do Regimento e sobretudo por respeito de todos os outros Deputados, que vão discutir e deliberar sobre este assunto. O Sr. Presidente da Mesa recebeu três propostas: uma da CDU-(PCP/PEV) que é uma Moção e depois duas propostas do Todos Por Alpiarça, cujo título foi alterado para recomendação, mas que no texto é claramente uma proposta de deliberação, no entanto informou que só deixará que esta proposta seja discutida se a bancada proponente concordar substituir a palavra "propor" pela palavra "recomendar". Em relação à proposta de homenagem de atribuição de uma Medalha da Liberdade a Manuel Duarte, disse que é óbvio que não deixará a proposta ser discutida porque não é nenhuma Moção, nenhum Voto, nem nenhuma Recomendação. Considerou que foi um trabalho mal feito e houve alguma incompetência por parte da bancada proponente que não souberam as propostas a tempo e disse que não irá admitir que se venha para a comunicação social, sem reação da Mesa, que o Presidente da Mesa é prepotente ou é contra o Manuel Duarte. Recomendou que façam o seu trabalho, bem feito, mostrem maior competência e apresentem as coisas a tempo. Considerou que esta proposta da maneira como foi apresentada, parece uma brincadeira de crianças e isto sim é um desrespeito pela Mesa da Assembleia, pelos senhores deputados e pelo público que está

presente. Finalizou dizendo que o Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) pode perfeitamente fazer a apresentação desta proposta ou de uma semelhante numa reunião de câmara, parecendo-lhe que a Medalha de Honra é eventualmente a mais indicada para Manuel Duarte, mas isso é apenas uma opinião e pediu que não venham para esta Assembleia com estas brincadeiras, nem com estas armadilhas. Com a concordância da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) a palavra "propor" foi substituída pela palavra "recomendar". Assim foram postas à discussão a Moção apresentada pela bancada da CDU-(PCP/PEV) e uma Recomendação apresentada pela bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT), começando-se pela discussão da Moção.

----- Marco Silva em nome da bancada da CDU-(PCP/PEV) apresentou e passou a ler uma Moção subordinada ao título: Municipalização da educação e de outras competências do Estado em matéria de saúde, segurança social e cultura. -----

----- Maria Gabriela Coutinho usou da palavra opinando que esta moção vai contra tudo o que ouviu o PCP ou a CDU-(PCP/PEV) defender ao longo dos tempos. Acrescentou que há aqui uma coisa que não é dita nesta moção, mas que está salvaguardada, é que a contratação dos professores será sempre feita a nível nacional pelo Ministério da Educação e não pelas câmaras municipais. Considerou ainda que o PCP deveria estar feliz com a municipalização da educação e não estar descontente. Votará contra a Moção. -----

----- Paulo Sardinheiro considerou que há bem pouco tempo veio para votação nesta assembleia, uma moção muito semelhante e que não faz sentido voltar a votar uma moção redundante, como tal irá abster-se. -----

----- Paula Matias afirmou que a bancada da CDU-(PCP/PEV) está completamente a favor desta moção porque as transferências de competências é uma manobra do governo para se desresponsabilizar completamente pela Educação, e por outras áreas como a saúde e a segurança social, até porque as limitações às contratações de pessoal são imensas, são imensas também as dificuldades que muitos concelhos atravessam, além de que grande parte dos municípios não terão recursos humanos e financeiros para arcar com esta transferências. -----

----- Posta a moção à votação, foi aprovada por maioria com 10 votos a favor da bancada da CDU-(PCP/PEV), 3 votos a favor da bancada do PS, 2 abstenções da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) e 1 voto contra da mesma bancada, por parte da deputada Maria Gabriela Coutinho. -----

----- Em declaração de voto, Miguel Sá Pereira disse ter votado a favor, porque embora nem tudo nos una, também nem tudo nos divide e está completamente de acordo com as palavras proferidas pela deputada Paula Matias. -----

----- Mário Santiago em declaração de voto disse que se tivesse havido algum entendimento antecipado entre os vários deputados de diversas sensibilidades políticas que compõem esta assembleia, provavelmente teríamos conseguido obter aqui alguns pontos em comum, porque se há aqui algumas coisas que nos separam, também há aqui outras coisas que nos unem e que partilhamos. Também é pena que depois a moção tenha a carga política que tem, onde aparece a tal cassete, e se na súmula estaria de acordo com a moção mas dada a sua carga política, absteve-se na votação. -----

----- Maria Gabriela Coutinho, disse que votou contra, porque para além daquilo que disse anteriormente, isto não lhe parece uma moção de uma autarquia gerida pela CDU, mas sim uma moção sindical. Disse que sempre defendeu a escola pública, é a favor da escola pública, foi professora durante 33 anos na escola pública. Entende por isso que quem defende a escola pública está em muito melhores condições de a gerir do que quem defende a escola privada e estando num município gerido pela CDU, gostaria de ver a mesma a gerir a escola pública e a aplicar numa escola que estaria sob a sua alçada todos os princípios que aqui defende. -----

----- A seguir o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao deputado Mário Santiago para fazer a apresentação e leitura da Recomendação sobre Legados Testamentais - Realização de Auditoria Independente. -----

----- Mário Santiago no uso da palavra, pediu um pequeno ponto de ordem à Mesa em relação às considerações que o Sr. Presidente da Mesa fez relativamente à Moção de Homenagem apresentada pela sua bancada, disse não ter percebido muito bem a sua exaltação, disse que a sua bancada está aqui para aceitar o que a Mesa da Assembleia decidir e quanto a isso não se irão opor. Disse que já perceberam que a CDU sempre se irá opor a uma homenagem à individualidade de Manuel Duarte e que não vale a pena fazer esse floreado todo e se há aqui manha é do lado da CDU. Relativamente ainda à Moção que não foi aceite para discussão, a mesma virá com os tais cinco dias de antecedência à próxima assembleia municipal, para permitir que pelo menos com um ano de antecedência à próxima sessão comemorativa do 25 de Abril não ver esta manha do seu lado. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, em contraditório ao deputado que o precedeu, afirmou que o deputado Mário Santiago deve estar a brincar quando diz que o Presidente da Mesa estava exaltado quando se referiu à não aceitação para discussão da Moção de Homenagem apresentada pela sua bancada, o Sr. Presidente da Mesa garantiu que não estava exaltado, garantiu que falou com muita calma, mas com muita seriedade, ao que o deputado Mário Santiago respondeu que tinha a intervenção gravada e que fariam questão de a publicar no blogue do TPA, para as pessoas verem se o Sr. Presidente estava ou não exaltado, ao que o Sr. Presidente da Mesa respondeu que fizesse o favor de publicar, mas publicar tudo, mesmo quando disse que mostraram incompetência ao não apresentarem a proposta nos termos regimentais, para poder ser discutida, respondendo o Sr. deputado que também faziam questão de publicar tudo. -----

----- Mário Santiago em nome da sua bancada apresentou e passou a ler uma Recomendação em que apelavam à realização de uma Auditoria Independente aos Legados Testamentais. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa passou a aceitar inscrições dos senhores deputados que quisessem intervir sobre esta sugestão. -----

----- Mário Santiago usou da palavra para defender a Recomendação que acabou de apresentar, dando relevo à não conservação original do Legado Álvaro da Silva Simões, nos termos testamentais, tendo acontecido permutas de propriedades, e desse legado não têm sido entregues quaisquer rendimentos para fins assistenciais, para pobres ou doentes. Pôs em causa os valores dos prédios rústicos que vão dar entrada neste legado sob proposta da câmara municipal, para substituírem os que foram subtraídos. Em jeito de conclusão, Mário Santiago disse que não respeitaram a vontade do benemérito que deixou este património aos alpiarçenses, não o conservaram tal como era sua obrigação, não garantiram a sua rentabilização, mais grave do que isso confiscaram os rendimentos dos prédios urbanos, pois recebem e não entregam o IMI do património edificado no local antes ocupado pelo património urbano legado. Concluiu afirmando que ao não ser aceite esta sugestão apresentada pela bancada do TPA, realizando-se uma auditoria independente, será posto em causa o futuro de todo o património que no futuro seja legado por beneméritos à câmara de Alpiarça. -----

----- Paula Matias começou por afirmar que acha esta recomendação muito interessante e que até a deveríamos aprovar se ela tivesse aparecido há uns poucos anos

atrás, quando Rosa do Céu e Miranda do Céu dominavam os órgãos gestores, fiscalizadores e deliberativos da Fundação Relvas e inclusive o Sr. Vereador Francisco Cunha foi Presidente da Assembleia dos quarenta maiores contribuintes. Disse que compreende e respeita a ideia do deputado Mário Santiago, mas o que aqui está é pura política, porque são propostos três cidadãos para acompanhar a auditoria, a nomear por cada uma das forças política com assento nesta assembleia que não respeita nem de perto a proporcionalidade da composição da assembleia municipal, que neste momento em dezasseis deputados, dez são da CDU, três são do PS e três são do TPA. Disse que a Fundação Relvas desde a sua constituição sempre teve uma Assembleia constituída pelos quarenta maiores contribuintes de Alpiarça, sempre teve um Conselho de Administração, que gerem a Fundação e que fazem o acompanhamento dos legados. Afirmou que já existe uma comissão formada para fiscalizar e acompanhar as contas dos Legados, a própria Assembleia Municipal tem poderes fiscalizadores, e não compreende o porquê de só agora aparecer esta recomendação, quando as permutas foram feitas por um Executivo do Partido Socialista, que não afetou propriedades ao legado Álvaro da Silva Simões e agora, mais uma vez a CDU tem para resolver um problema político para resolver o que outros deixaram para trás, para que quem viesse a seguir resolvesse. -----
----- Fernando Ramalho usou da palavra para dizer que os legados sempre foram um problema nesta terra a seguir ao 25 de Abril de 74, principalmente devido à ocupação das terras. Depois as terras dos legados estiveram arrendadas durante uns anos, não sabendo o deputado a quem, mas a partir de certa altura a câmara de Alpiarça constituiu uma Régie Cooperativa que é a Agroalpiarça e onde centrou o arrendamento de todas as terras, tendo sido estipuladas rendas, que ao que se sabe não estarão a ser pagas há alguns anos, mas que a determinada altura haverão de ser e teoricamente nessa altura os rendimentos dessas terras reverterão para a Fundação Relvas. Agora quando se fala aqui das permutas, o deputado disse que votou a favor das mesmas e a oposição absteve-se porque entendeu o objetivo das mesmas, e essas permutas em seu entender não foram um ato lesivo do Legado Álvaro da Silva Simões, foram sim uma forma muito inteligente de preservar o património que foi legado à câmara de Alpiarça e tanto assim foi que essas permutas deram bons resultados. Opinou que a aprovação das permutas foi feita de forma consciente, porque na altura os objetivos eram bastante claros e não houve intenção de usurpar património a ninguém, muito menos à câmara municipal,

26/41

porque permutadas ou não permutadas as propriedades continuam na posse do município de Alpiarça. O que se se irá analisar e votar no ponto seguinte é precisamente afetar as propriedades que vieram da Agroalpiarça para o Legado Eng.º Álvaro da Silva Simões, porque do Legado saiu uma propriedade que é o Vale da Cigana e da Agroalpiarça há três propriedades e irá ser preciso um ato administrativo para definir as propriedades. Isso nunca foi feito pelo PS aquando da permuta nem pela CDU desde que chegou novamente ao poder. Quanto ao património urbano do Legado em causa, onde se situavam as lojas dos Pinhões e a loja do Garriapa, até parece pelas palavras do deputado Mário Santiago que esses edifícios se deveriam manter lá eternamente, o que seria impossível, pois dado o seu adiantado estado de degradação certamente já teriam ruído e as ruínas lá continuariam e ninguém lá poderia mexer porque os edifícios teriam sido doados em testamento. As coisas não são assim, são dinâmicas e o património desde que sejam substituído por outro de igual valor ou rendimento, não lesa em nada o testamento do benemérito, nem causa problemas morais a quem procura melhorar e manter o património legado. Mais disse, que o local ocupado por essas antigas lojas, é hoje apenas a parte da frente da praça José Pinhão, e a parte traseira onde se encontram as habitações e lojas foram terrenos adquiridos pela câmara municipal. É óbvio que a câmara poderá arranjar forma de compensar os beneficiários do testamento pela perda de rendimentos dessas antigas lojas que hoje apenas são chão empedrado, mas que é usufruído por quem frequenta o local. O deputado referiu ainda se falarmos em ocupação de espaços de legados, então teremos de falar de toda o Complexo Desportivo e Recreativo dos Patudos, onde se inclui a Barragem, as Piscinas, o Complexo Desportivo, o Parque de Campismo e a Reserva do Cavalo do Sorraia porque todo este Complexo parte da Quinta dos Patudos. Pensa que terá que ser feita uma reflexão entre a Fundação e a Câmara Municipal para que se encontre um ponto de equilíbrio, porque de facto também tem havido por parte do município um volume enorme de investimentos feito na quinta dos patudos, onde também se inclui a Casa dos Patudos. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa disse que iria abrir uma segunda ronda de inscrições, para dar espaço ao contraditório sobre as intervenções que aqui foram feitas, pedindo que houvesse algum bom senso na discussão do ponto seguinte e que não se vá repetir tudo o que agora tem sido aqui dito pelos senhores deputados, neste ponto. -----

----- Mário Santiago relativamente ao que foi dito pela deputada Paula Matias, disse que evidentemente há política na recomendação que apresentou, mas acha que este assunto não pode ser tratado por políticos, porque de quatro em quatro anos cada força política pode fazer aos legados o que bem entender e aquilo que se vai votar a seguir, que alguns acham que é legal e muito bem feito, nas próximas eleições outros podem achar que é uma ilegalidade que está a ser cometida e levar isto para caminhos judiciais. Por outro lado em relação às três pessoas previstas na Recomendação, apenas estão ser previstos para acompanharem a auditoria e fazer a sua fiscalização. -----

----- Paulo Sardinheiro relativamente ao disse a deputada Paula Matias, sobre isto ser uma recomendação política, disse que não concorda porque isto é uma recomendação muito prática de como nós devemos olhar para este tema e qual a melhor solução a aplicar quando existem tantas dúvidas sobre os valor justo para os imóveis permutados. Finalizou dizendo que não partilha da visão romântica do deputado Fernando Ramalho tem sobre o destino e o uso dos Legados e a sua afetação, pensa que houve testamentos com determinados objetivos de aplicação de rendimentos que devem voltar às pessoas e não aos espaços vazios. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que disse que só queria ajudar um pouco à discussão, porque o verdadeiro tema sobre a afetação de prédios ao Legado Álvaro da Silva Simões será feita no próximo ponto, e corre o risco de inflamar as coisas, mas que não é essa a intenção. Disse que este discurso de que não são os políticos que têm de tomar opções sobre os Legados não faz grande sentido, porque em Democracia são os políticos eleitos pelo povo que tomam as decisões, num quadro do Estado de Direito Democrático e é no quadro deste estado de direito que se avalia o cumprimento da legalidade, e a legalidade está presente no cumprimento do testamento, dos regulamentos dos Legados etc. e enquadra a ação dos órgãos autárquicos e considerou que isto é um discurso perigoso e deixou no ar as perguntas: "Então quem é que toma as decisões?". "Não são os políticos eleitos pelo povo, aqui em Alpiarça e em todos os concelhos e freguesias do país que tomam as decisões?". "Não são os deputados na Assembleia da República eleitos pelo povo que tomam as decisões, supervisionados pelo Poder Judicial, que garante o cumprimento da Lei?". "Não serão os próximos políticos, eleitos democraticamente pelo povo, que irão tomar as decisões, se nós já cá não estivermos? -----

----- O Sr. Presidente da Mesa pôs a Recomendação à discussão, tendo sido rejeitada com dez votos contra da bancada da CDU-(PCP-PEV), 3 votos a favor da bancada do PS e três votos a favor da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

----- Fernando Ramalho em declaração de voto disse que votou a favor desta recomendação, porque acha que a câmara deve formar uma Comissão que que estude, analise e torne bem clara a situação atual dos legados, para que todos sejamos informados. Pediu que ficasse bem claro que apesar de ter votado a favor não concorda com a maior parte do texto que consta na Recomendação. -----

----- Miguel Sá Pereira disse que a sua declaração de voto subscrevia na integra o que foi dito pelo seu colega de bancada, Fernando Ramalho. -----

----- **Ponto 5 - Apreciação e votação da Proposta de Deliberação sobre a Afetação de prédios ao Legado do Engenheiro Álvaro da Silva Simões.** -----

----- A proposta de deliberação tinha o seguinte teor: -----

"PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Afetação de prédios ao Legado do Engenheiro Álvaro da Silva Simões

Considerando que: -----

1 – Em Março de 1939, fez testamento o Eng. Álvaro da Silva Simões tendo instituído Legado a favor da Câmara Municipal de Alpiarça, transmitindo-lhe a propriedade dos seguintes: -----

a) *“O casal do Carvalhal, com todos os seus foros (sub-enfiteuses), e as propriedades anexas ditas do Telheiro e Cardigo”;* -----

b) *“O meu prazo da Rua José Relvas, nesta vila, e do qual é rendeiro Manuel José Coutinho e sub-rendeiro Adelino L. Martins”;* -----

c) *“as minhas duas vinhas das Cardeiras sitas no Campo desta vila”.* -----

2 – Pelos elementos existentes nos serviços da autarquia, o Legado em causa seria composto pelos seguintes: -----

a) Prédio urbano sito na Rua José Relvas onde funcionaram os seguintes estabelecimentos comerciais (mediante contratos de arrendamento): “Pinhão & Pinhão, Lda.” e antiga “Casa Garriapa”;

b) Propriedades agrícolas: -----

i) Telheiro – 3 talhos de terra;

ii) Cardeira de Cima;

iii) Cardeira de Baixo;

iv) Vale da Cigana;

3 – O Legado em causa encontra-se hoje “desfalcado” de duas dessas propriedades: o prédio urbano sito na Rua José Relvas e um prédio rústico designado Vale da Cigana; -----

4 – O referido prédio urbano do Legado terá sido integrado no projecto de reordenamento urbanístico do Centro Cívico; -----

5 – O “esvaziamento” parcial do Legado do Eng. Álvaro Simões no que toca à parte rústica foi causado pela permuta celebrada em 30 de Setembro de 2009, em final de mandato, de prédios entre a CMA e a Agroalpiarça, por meio dos quais a autarquia cedeu 2 prédios sitos em Capitão Mor (artigos 9 – 88.800,00€ - e 10 – 64.920,00€ - da Secção 12) e um sito no Vale da Cigana (artigo 124 da Secção 32 – 273.240,00€) e recebeu da Cooperativa 2 prédios sitos em Quinta de São João (artigo 12 da Secção 25 – 225.000,00€ - e artigo 1 da Secção 26 – 12.740,00€) e um sito em Alqueve (artigo 29 da Secção 26 – 189.360,00€); -----

29/41

6 - Pelo facto da escritura de permuta não ter estabelecido nenhuma correspectividade entre os prédios permutados, por um lado, e pelo facto de todos os 6 prédios em causa na permuta apresentarem valores díspares, o que não ajudaria a eleger um novo prédio para assumir, no Legado em causa, o lugar do prédio sito no vale da Cigana, verificou-se a retirada desse prédio do património afeto ao Legado, prejudicando os rendimentos afetos ao mesmo e aos fins instituídos pelo seu benfeitor; -----

7 – Contudo, independentemente dessas dificuldades, entende-se dever, por respeito para com o Legado e a memória do ilustre alpiarçense, o Senhor Engenheiro Álvaro da Silva Simões, que o instituiu imbuído de espírito de solidariedade e amor ao próximo, visando fins de assistência social e saúde pública, corrigir estes erros do passado afetando ao mesmo Legado prédios imóveis que compensem o supra referido desfalque e cujo rendimento lhe passará a ser atribuído; -----

Assim, nos termos da alínea j) do nº1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, tenho a honra de propor ao Digníssimo Executivo Municipal, a afetação ao Legado instituído por Testamento do Senhor Engenheiro Álvaro da Silva Simões, em substituição do prédio rústico designado “Vale da Cigana” (inscrito na matriz rústica sob o artigo 124 da Secção “032”, com o valor atribuído na permuta em 2009 de 273.240,00€ e descrito na Conservatória do Registo Predial de Alpiarça sob o nº7341 da freguesia de Alpiarça), dos seguintes prédios, bem como dos rendimentos pelos mesmos gerados: a) prédio rústico denominado “Quinta de São João” inscrito na matriz rústica sob o artigo 12 da Secção “025”, com o valor atribuído na permuta em 2009 de 225.000,00€ e descrito na Conservatória do Registo Predial de Alpiarça sob o nº2677 da freguesia de Alpiarça; e b) prédio rústico denominado “Quinta de São João” inscrito na matriz rústica sob o artigo 1 da Secção “026”, com o valor atribuído na permuta em 2009 de 12.740,00€ e descrito na Conservatória do Registo Predial de Alpiarça sob o nº2678 da freguesia de Alpiarça." -----

----- O Sr. Presidente da Mesa pôs o ponto à discussão e deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para fazer a introdução do ponto. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara explicou que em 2009, sob proposta da direção da Agroalpiarça reunida em 9 de Abril de 2008, e segundo a mesma "de forma a que a Agroalpiarça C.R.L., possa satisfazer os seus compromissos junto de entidades bancárias, eventualmente com recurso a alienação de algum património, e ainda de forma que as parcelas do Município possam ser objeto de emparcelamento", foi aprovada na câmara e mais tarde na assembleia municipal a permuta de três propriedades da Agroalpiarça, por três propriedades da câmara. Ao que consta havia necessidade de poder ser feita uma hipoteca a um banco para obtenção de um empréstimo mais vantajoso, não houve a intenção de espoliar a câmara de qualquer propriedade. Porém como as propriedades permutadas pertenciam a mais do que um legado, o legado Eng.º Álvaro da Silva Simões ficou "esvaziado" do Vale da Cigana, desse modo o que se pretende aqui hoje com esta proposta é fazer um ato administrativo de modo a afetar duas propriedades denominadas "Quinta de S. João" ao referido legado, embora na prática o património nunca tenha deixado de ser propriedade da câmara, nem nunca tenha desaparecido qualquer propriedade em 2009 com a gestão PS, nem depois dessa data já com a gestão da CDU. Tudo o que se tem dito e escrito sobre desaparecimento de propriedades é atirar com lama para os olhos das pessoas e para cima das pessoas. Disse estranhar que a

deputada municipal que agora é deputada eleita pelo Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT), que foi vereadora eleita pelo PS, e que o deputado Paulo Sardinheiro que agora é deputado eleito pelo Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT), mas que na altura foi deputado municipal eleito pelo PS, aceitem que lhes atirem toda esta lama que lhes estão a atirar para cima e quem é que está por detrás disto? Há um conjunto de arrivistas políticos no nosso concelho que estão a manobrar isto para atingir este fim, e querem atingir eleitos da CDU e do PS que cá estavam na altura da permuta. A CDU o que está a fazer é apenas uma questão administrativa que é colocar as propriedades no Legado Álvaro da Silva Simões que na altura da permuta não foram colocadas. Há um conjunto de rendas em atraso por parte da Agroalpiarça em atraso, pelas razões que todos sabem, mas que são atrasos que já vêm antes e desde 2004. A loja dos Pinhões e do Garriapa pagavam de renda um euro e tal por mês, era isso que ajudava a obra assistencial? Perguntou o Sr. Presidente da Câmara e informou que o Eng.º Álvaro da Silva Simões não deixou os bens à câmara, para que os seus rendimentos fossem canalizados para a Fundação Relvas, legou esses rendimentos para que fossem ajudados os doentes tuberculosos e em determinada altura a Câmara e a Fundação Relvas acordaram que esses rendimentos seriam transferidos para a Fundação, vamos é ter de criar condições para que a Agroalpiarça transfira para a câmara municipal as rendas que tem em atraso. O resto é lama política que nos estão a tentar atirar para cima. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa aceitou inscrições dos senhores deputados que quisessem intervir neste ponto.-----

----- O deputado Fernando Ramalho disse que desta vez concorda e muito com aquilo que foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara, há aqui a tentativa de lançar uma névoa, sobre a permuta que foi feita, o deputado disse que na altura votou em consciência, e que hoje votaria da mesma maneira, porque lhe foram explicados os motivos reais que levaram a que fosse feita a permuta e não admite que insinuem que houve a tentativa de desviar património, de prejudicar a câmara a favor de quem quer que seja, votou em consciência e convencido que estava a defender os superiores interesses de Alpiarça e não admite que ponham em causa as razões que na altura levaram ao voto favorável naquela deliberação. -----

----- Mário Santiago no uso da palavra disse que admite que no passado foram tomadas boas decisões, assim como também foram tomadas más decisões e uma coisa é

31/41

saber a quem podemos imputar as más decisões que foram tomadas ao longo destes anos e era nesse sentido que estava a ser recomendada ou proposta a auditoria, mas compreende que algumas pessoas tenham votado contra a realização da auditoria, porque poderão ter rabos de palha e até ficou surpreendido com a aprovação da Recomendação por parte dos elementos do PS. Em relação a esta proposta o deputado disse que constata que estes dois imóveis que estão a ser propostos para entrarem no legado não têm o mesmo valor, nem o mesmo rendimento, que os prédios que foram subtraídos ao mesmo e que votará contra esta proposta. -----

----- Paulo Sardinheiro opinou que o que propuseram é que se faça uma avaliação justa sobre estes imóveis que aqui estão a ser considerados, não tem a ver com política mas com uma situação prática com a qual não concordam e por isso votaria contra. ----

----- Maria Gabriela Coutinho disse que enquanto vereadora na câmara municipal de Alpiarça nunca foi vista nem achada em qualquer permuta que tenha sido feita entre a câmara de Alpiarça e a cooperativa Agroalpiarça, não aparecendo o seu nome em qualquer votação dessa permuta até porque já não era vereadora à altura dos factos. A única coisa em que interveio foi na concordância com a demolição de dois edifícios em ruínas onde funcionava a Loja dos Pinhões e a Loja do Garriapa, que ocupavam "meia dúzia de metros quadrados", para que da demolição desses edifícios em conjunto com a demolição de muitos outros, propriedade de várias pessoas, pudesse vir a ser construída a Zona Central do Centro Cívico, onde apenas estava construído o edifício da Caixa Geral de Depósitos e onde hoje se encontram construídos mais dois prédios, um parque de estacionamento subterrâneo e uma praça empedrada no centro dos três imóveis, onde mais tarde foi colocada uma estátua e cujo espaço pode ser desfrutado gratuitamente por quem o quiser fazer, nomeadamente, a praça central e o parque de estacionamento subterrâneo. A deputada entende que as propriedades que forem devolvidas ao legado, devem ter o devido valor, ou seja o valor das que lhe foram tiradas, mas não inclui, na sua opinião, o espaço ocupado pelas lojas que já referiu porque aquilo era uma completa ruína. -----

----- Paula Matias disse que a posição na altura da CDU foi de abstenção, porque embora não estivesse na posse de todos os elementos que pudessem levar a um voto favorável, também não tinha motivos para votar contra a permuta e acreditou que o executivo da altura e a direção da Agroalpiarça fizeram a permuta de boa fé. Finalizou

32/41

dizendo que a CDU não tem rabos de palha e o que se quer tentar fazer com esta recomendação é mais uma vez culpar a CDU de tudo o que de mau acontece nesta terra e neste caso concreto mesmo que a CDU tivesse votado contra a permuta, a mesma seria igualmente feita, porque estava em minoria nos dois órgãos autárquicos e mais uma vez a CDU vai tentar repor a legalidade e reparar a situação que na altura não foi feita. -----

----- O Presidente da Mesa voltou a abrir um segundo período de inscrições. -----

----- Fernando Ramalho questionou o Sr. Presidente da Câmara se os valores das duas propriedades que vão substituir o Vale da Cigana, terão atualmente valores de mercado idênticos, já que parece haver uma grande preocupação sobre os valores. Em relação à subtração de rendimentos à Fundação opinou que é evidente que os houve e disse esperar que um dia os valores eventualmente em falta sejam repostos. Quanto ao património dos Legados, pensa que nunca ninguém subtraiu os legados, pensa que apenas houve a venda de um prédio nos arredores de Lisboa, mas foi com a devida autorização da Câmara e da Assembleia Municipais que são os órgãos competentes para o fazer. Finalizou dizendo que mesmo que algum prédio tivesse transitado para a Agroalpiarça, é preciso não esquecer que é uma cooperativa propriedade da câmara municipal de Alpiarça, mas nem sequer é disso que se trata. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara, passou a palavra ao Sr. Vereador João Arraiolos que informou que conforme está na proposta e vem nos anexos, o mais correto é trabalhar com os valores que foram na altura atribuídos, ou seja há cerca de sete anos. Conforme se pode ler nos documentos anexos o prédio rústico designado “Vale da Cigana” tinha o valor atribuído na permuta em 2009 de 273.240,00€ e será substituído por dois prédios rústicos denominados “Quinta de São João”, um com um valor atribuído na permuta em 2009 de 225.000,00€ e outro com o valor atribuído na permuta em 2009 de 12.740,00€. Como se pode constatar, a diferença de valores à data de 2009, entre o “Vale da Cigana” e os dois prédios rústicos denominados “Quinta de São João”, não é significativo e tudo isto está a ser feito em concordância com o Conselho de Administração da Fundação. Acrescentou que as lojas não são para aqui chamadas, porque a sua demolição foi feita cerca do ano 2000, e há muitas decisões tomadas quer por autarcas, quer pela assembleia dos quarenta maiores contribuintes, quer pelo conselho de administração da Fundação José Relvas, que foram tomadas não só depois do 25 de Abril de 1974, mas muitas delas foram tomadas até muito antes dessa mesma data. Vir para uma

33/41

assembleia municipal pedir que sejam apuradas e imputadas responsabilidades tomadas por pessoas há dezenas e dezenas de anos, muitas delas que provavelmente já nem estão entre nós, acusá-las de terem rabos de palha, é ter falta de responsabilidade e é quase como estar a desenterrar mortos, até porque sempre houve quem tomasse as decisões, quem as executasse e quem as fiscalizasse, e foram decisões tomadas por pessoas que legitimamente ocupavam cargos que os permitiam fazer o que fizeram. Finalizou dizendo que da parte da CDU, nunca houve qualquer subtração de propriedades aos legados e tal como disse o deputado Fernando Ramalho a venda do prédio nos arredores de Lisboa, aconteceu em finais dos anos oitenta e os destinos da sua venda foi para reparação e remodelação do edifício do Lar de Idosos da Fundação. ---

----- O Sr. Presidente da Mesa pôs a proposta à votação tendo sido aprovada com 10 votos a favor da bancada da CDU-(PCP/PEV), 3 votos a favor da bancada do PS, 2 votos contra da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) e uma abstenção de Maria Gabriela Coutinho da mesma bancada. Os deputados Mário Santiago e Paulo Sardinheiro solicitaram que ficasse registado em ata os seus votos de vencidos. -----

----- Fernanda Cardigo em declaração de voto disse que tinha votado a favor porque considera que quem fez a proposta de permuta em 2009 por parte do PS teve aconselhamento jurídico e quem está agora a fazer este ato de substituição da propriedade do "Vale da Cigana" por outras duas propriedades, com certeza que também a teve e acredita que o fizeram de boa fé. Por outro lado enveredar por uma auditoria aos legados não era só recuar ao ano de 2009, mas recuar sim a muitas décadas atrás quando as primeiras propriedades foram legadas à câmara. -----

----- **Ponto 6 - Discussão da situação da Concessão do Parque de Campismo de Alpiarça.**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa informou que este ponto veio na ordem do dia para discussão, com base num requerimento apresentado pela bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). No entanto conforme está no seu despacho, considerou nulo o pedido de notificação do Sr. Presidente da Câmara, referido no último parágrafo, por ser contrário à lei e ao regimento, por tentar condicionar o Sr. Presidente da Câmara a reunir-se dos documentos de gestão e financeiros, tidos por convenientes, para prestar os necessários esclarecimentos preferencialmente técnicos e legais, que não políticos. O Presidente da Mesa disse que para ele era claro que a intervenção do Sr. Presidente da

Câmara no início ou no fim do ponto, em sequência do debate político que se venha a verificar e os documentos com que a câmara se possa munir ou não, o tipo de esclarecimentos a prestar, se quer ou se prescinde de intervir, ou se transfere eventuais esclarecimentos para momento posterior, essa opção depende exclusivamente da avaliação que o Sr. Presidente da Câmara fizer e é da sua responsabilidade. -----

----- Foram abertas as inscrições aos senhores deputados para discussão deste ponto.-
----- Paulo Sardinheiro começou por referir que houve provavelmente aqui alguma ingenuidade, da sua bancada, ao estar a pedir à força da CDU que o Sr. Presidente da Câmara venha munido de alguns dados práticos ou técnicos para tentarmos perceber o que é que efetivamente se passa no Parque de Campismo. Depois começou por referir que no entendimento da sua bancada e no entendimento geral da população, o processo concursal de cessão de posição contratual denota indícios de irregularidades que urgem ser devidamente clarificados, existe um incumprimento recorrente das obrigações contratuais por parte da concessionária e desconhecendo nós deputados municipais e a população em geral, as iniciativas da autarquia no sentido de promover a regularização das irregularidades e atendendo ao estado de degradação da infraestrutura, a análise que nós efetuámos à documentação, constatámos que o concurso foi lançado com um conjunto de regras, aprovadas nesta assembleia, regras estas estas que foram de forma unilateral alteradas para viabilizar uma proposta de concessão extraconcurso, onde viemos a constatar que um dos fatores determinantes na escolha do candidato, a que conferia a capacidade financeira do mesmo, foi reduzida para metade. Acrescentou que admiram a audácia dos empreendedores que se atiram de cabeça para concessões públicas, sem uma análise prévia dos ativos que se propõem administrar, das duas uma: ou são tontos ou estão feitos com o concessionário. Afirmou que esta sua conclusão consubstancia-se na negociata seguinte que reduziu o valor da renda para metade e pelas dívidas acumuladas à concessionária, sem que esta tenha iniciado qualquer acção deste processo de rotura contratual ou notificado o arrendatário da aplicação da penalização de 10% conforme disposto no contrato, já que à data de 27 de Março de 2014 já se vinham acumulando rendas em atraso e pela alteração do titular da concessão de nome privado para nome coletivo sem que fossem asseguradas as garantias necessárias ao cumprimento do contrato de exploração que ascende a 120.000€ a 10 anos, tendo-se inclusivamente verificado e com o aval do Executivo que a empresa que

35/41

assume uma responsabilidade dos seus ativos, de 120.000€, tem um capital social de 250,00€, ou seja falida desde o primeiro momento da sua vida. Das duas uma ou estão a agir de má-fé ou estão feitos com a concessionária. Assim solicita-se à Mesa que nos esclareça as seguintes questões: Qual o valor em dívida da concessionária à câmara de Alpiarça, até finais de 2014? Qual o valor atual da renda? Se um galinheiro à frente do Parque é um postal digno para quem visita o Parque de Campismo ou a Reserva do Cavalo do Sorraia? Se era este o projeto do PCP para o Parque de Campismo e pelo qual se bateram enquanto oposição, quando este estava concessionado a uma anterior concessionária numa situação igualmente complicada. -----

----- Marco Silva considerou que aqui, hoje nesta assembleia, foram feitas determinadas acusações que não podem ser deixadas em claro: que o Presidente da Câmara teria posto em risco a saúde de crianças e pessoas ao deixá-las ir para dentro da Barragem, aquando da realização do Triatlo, que alguém ligado ao atual ou anteriores executivos da CDU terão rabos-de-palha em relação aos Legados e agora afirma-se que há negociatas com a concessionária do Parque de Campismo que “estão feitos” com a concessionária, opinando que se pensam que o que este Executivo faz é assim tão grave, ou avançam para outro tipo de medidas, ou então o Sr. Presidente da Câmara, na sua opinião, terá de tomar alguma posição. Opinou que isto é um desrespeito total por todas as pessoas que estão aqui. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.-----

----- No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara disse que fazia suas as palavras do deputado Marco Silva e claro que a CDU tem pensado como fazer face a esta ofensiva a que não estavam habituados, porque pensavam que havia limites, mas afinal parece que não há e questionaram até se deviam avançar pela via judicial contra pessoas que fazem as mais variadas acusações à CDU, ao PCP, aos comunistas em geral e ao Presidente da Câmara de Alpiarça. Disse não pôr de parte essa possibilidade mas opinou que com o prestígio que os eleitos pela CDU têm granjeado junto da população alpiarcense, pensa que têm condições para tratar politicamente dessa situação e contrariar o objetivo de denegrir por todos os meios o trabalho que a CDU vem fazendo nestes últimos cinco anos e alguns meses. Mas terá de ser ponderada seriamente a possibilidade de se avançar para a via judicial, pela dimensão e o nível de ofensas que se ouvem e leem

36/41

todos os dias. Disse que não andaram nessa Universidade, nessa Escola, e que tratam das coisas seriamente. Relativamente ao Parque de Campismo, o Sr. Presidente da Câmara disse que o mesmo tanto na conceção do programa do concurso, como do caderno de encargos, não tem nada que se lhe aponte, obedeceu a uma opção aprovada no Executivo imediatamente anterior ao atual e tem a ver com uma perspetiva de dinamização do Espaço, que estava numa situação difícil, disse ter um conjunto de fotografias e relatórios de vistorias do tempo do PS, que dizem do pior relativamente ao Parque de Campismo, material que se pode fazer chegar às bancadas. Depois foi lançado o concurso e apareceu um único concorrente e que correspondeu àquilo que era pedido e ganhou o concurso e a concessão foi-lhe adjudicada e no quadro difícil em que isto aconteceu, no quadro financeiro e económico existente no país, houve de facto muita coragem por parte da concessionária e a alternativa a não arrendar o parque de campismo, era estar fechado e não tirar de lá qualquer rendimento, que foi o que aconteceu durante 10 anos em que a câmara municipal gastou lá dinheiro até com despesas judiciais. Aquilo que nós temos de fazer é acompanhar aquela situação e acompanhar o caderno de encargos e nós vamos acompanhando com preocupação a situação, porque os tempos não são ideais para o investimento e para o crescimento económico. Concordou que há reparos a fazer, comunga de algumas preocupações relativamente a alguns aspetos que foram aqui tratados, não em relação ao tom geral desta intervenção. Reforçou que é uma preocupação, que a câmara municipal irá fazer todos os possíveis para que a concessionária cumpra com o caderno de encargos, tendo a perspetiva de manter o parque de campismo aberto e fazer todos os esforços para que a concessionária que teve a coragem e a vontade de avançar, consiga levar avante aquele empreendimento. Se virmos que ela não consegue, cá estaremos para tomar as medidas, não poderá ser de outra forma. -----

----- O Sr. Vereador João Arraiolos, usou da palavra dizendo que iria tentar responder, não que a intervenção do deputado lhe mereça algum respeito, porque não lhe merece respeito nenhum, porque a quem usa termos como “negociata”, “má-fé” e “feitos com a concessionária”, só lhe resta responder que “felizmente não andámos na mesma escola”. Disse que quando ouve aqui falar em “regras alteradas de forma unilateral”, não sabe a que regras se referem, porque o concurso foi feito, publicitado e publicamente conhecido e tal como disse o Sr. Presidente “apareceu um único concorrente e que

correspondeu àquilo que era pedido e ganhou o concurso e a concessão foi-lhe adjudicada”. Perguntou ao deputado Paulo Sardinheiro o que entende “por negociata que reduziu para metade o valor da renda”, questionou se “chama negociata a uma deliberação tomada por unanimidade do Executivo municipal, com os votos das vereadoras Sónia Sanfona, Regina Ferreira, Presidente da câmara e pelos vereadores João Arraiolos e Carlos Pereira”? Perguntou se chama negociata a uma proposta que vem a reunião de câmara, de deferimento de rendas, em que metade da renda do primeiro ano seja paga no final do contrato, acompanhada de parecer jurídico e decidida e aprovada por unanimidade em reunião de câmara? “Portanto as decisões da câmara municipal tomadas por unanimidade são uma negociata para o senhor deputado?” Ao que o deputado Paulo Sardinheiro respondeu “esta foi”. E “reafirma Sr. Deputado”? perguntou o Sr. Vereador Arraiolos. “É esse todo o respeito que tem pelas decisões tomadas por unanimidade numa câmara municipal”. Ao que o deputado Paulo Sardinheiro, respondeu “com todo o respeito, reafirmo”. Relativamente às questões financeiras o Sr. Vereador João Arraiolos afirmou que a renda mensal atual é de 1.000 euros, mais IVA, até agora foram faturadas em rendas 15.990,00 euros, em outras despesas de água e luz que nós suportamos durante um tempo 9.368,00€, o que totalizou faturado à concessionária até hoje 25.358,00€, ela até hoje pagou 13.525,00€, devendo à câmara municipal 11.833,00€ e nós temos em nossa posse uma caução de 6.000,00€. A concessionária está prestes a abrir o restaurante, já foi feita a vistoria, tem de fazer algumas alterações, mas conforme pode ser visto pelas fotografias, o parque não está em degradação, antes pelo contrário e já foi retirado da frente do parque tudo o que ali já se encontrava há longos anos e está em perfeitas condições de funcionamento e refuta todas as acusações de estado de degradação. Todas as questões colocadas foram todas feitas de forma legal, com contratos, decididas em reunião de câmara, as responsabilidades que a concessionária tinha perante a câmara, enquanto pessoa singular, passaram para a mesma pessoa mas agora de forma coletiva como empresa, a caução passou para pessoa coletiva e tudo o que foi feito, foi-o de acordo com a Lei e é sempre nessa convicção que nós tomamos as nossas decisões e nem poderia ser de outra forma, porque mais tarde ou mais cedo iríamos arcar com essas responsabilidades. Mais uma vez o Sr. Vereador João Arraiolos disse refutar totalmente e não aceita todas as afirmações, menos próprias, que foram feitas pelo Sr. deputado Paulo Sardinheiro, que não acha adequadas, quer no

38/41

relacionamento pessoal, mas principalmente no institucional enquanto deputado municipal, em relação a si próprio enquanto vereador. -----

O Sr. Presidente da Mesa deu por terminado o Período da Ordem do Dia. -----

----- **2.º PERÍODO DO PÚBLICO** -----

----- Não se registou qualquer intervenção por parte do público presente. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa concedeu ao Sr. Vereador Pedro Gaspar, três minutos, em termos regimentais, para fazer a sua defesa da honra. -----

----- O Sr. Vereador Pedro Gaspar cumprimentou os presentes e fez um pequeno preâmbulo, apelando aos senhores deputados que repensem o momento e o modo como é feita a defesa da honra, que em sua opinião deve ser feita na altura em que o visado se sente ofendido e não no final da assembleia, quando já decorreram várias horas desde o início do período de antes da Ordem do Dia, momento em que se sentiu ofendido pelo Sr. Presidente da Câmara. Posto isto, o Sr. Vereador dirigiu-se ao Sr. Presidente da Câmara na defesa da honra por via das declarações feitas pelo mesmo no período de antes da ordem do dia, no que demonstrou ser já uma crónica tendência para se atrapalhar com a verdade, já que o Sr. Presidente da Câmara não resistiu à tentação de diminuir e amesquinhar os vereadores da oposição, assim como faltar à verdade. Começou por dizer que sim, pediu as análises aos peixes da Barragem, sim foi ele que as pediu e as pediu em Setembro de 2014, e tem pena de não o poder comprovar porque só temos atas aprovadas até Agosto, e não tendo aqui as atas, não o pode comprovar por a+b, mas irá prová-lo de forma documental, o iria fazer seguidamente. Acrescentou que não tendo as atas, e estando elas atrasadas seis meses, começa-se a perceber porque é que as atas estão seis meses atrasadas, o que dá muito jeito para controlar a informação e dizer aquilo que bem se entende. Disse que a verdade era outra e está plasmada nos documentos que tem no Tablet que tem em seu poder e que dá jeito para ir buscar alguma documentação que não pode comprovar nas atas que não tem em seu poder. Disse que fez requerimento verbal em Setembro de 2014, a Câmara de Alpiarça no dia 25 de Setembro pagou 520 euros ao Instituto Português do Mar e da Atmosfera, emitiu relatório técnico datado de 30 de Setembro, a 10 de Outubro em reunião de câmara, o munícipe Eduardo Costa perguntou ao executivo que verba era aquela paga ao Instituto Português do Mar e da Atmosfera e que vinha inscrita na relação de adjudicações diretas que a câmara fez

39/41

entre 1 de Setembro e 30 de Setembro. Está comprovado efetivamente que essas análises foram pedidas, foram pedidas em tempo útil e estranha-se que tenham sido sonegadas todo este tempo. Portanto faltar à verdade e tentar amesquinhar os vereadores da oposição dizendo que os munícipes têm de fazer o seu trabalho, não é um bom papel do Sr. Presidente da Câmara e como tal, enquanto vereador teve de pedir a defesa da honra pela primeira vez nesta assembleia. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu três minutos ao Sr. Presidente da Câmara para dar a resposta ao Sr. Vereador Pedro Gaspar. No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara, disse que efetivamente o Sr. Vereador Pedro Gaspar pediu que fossem feitas análises aos peixes e na sequência desse pedido a câmara municipal pediu análises aos peixes, nunca mais ninguém pediu os resultados das análises e disse achar estranho como é que o Sr. Vereador Pedro Gaspar sabendo que havia relatórios de análises nunca pediu esse documento. Aliás a sugestão para que a câmara municipal entregasse o relatório das análises dos peixes mortos aos senhores vereadores, foi feita numa reunião de câmara por parte do munícipe Eduardo Costa. E o relatório das análises fala das causas da morte dos peixes. Quando o assunto foi tratado aqui, quando um munícipe pediu à câmara para que as análises fossem entregues aos vereadores, o Sr. Presidente disse até achar isso muito estranho e por isso o referiu, porque deviam ser os senhores vereadores a solicitá-las e não um munícipe por eles. Depois o Sr. Presidente da Câmara passou à leitura detalhada do relatório emitido pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera, sobre a causa da morte dos peixes e possíveis consequências sobre a diminuição da fauna e o mau cheiro provocado nas águas. O Sr. Presidente da Câmara concluiu dizendo por esta altura havia um Relatório da Agência Portuguesa do Ambiente que dizia que a água da barragem estava apta a receber o segmento de natação de uma prova de Triatlo, que acabou por se realizar, sem que tivessem sido conhecidas quaisquer queixas sobre a saúde dos atletas. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, disse que antes da votação e leitura da minuta da ata, queria dizer algumas coisas. Começou por dizer que “pode parecer que hoje está a embirrar com a bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT), foi a história das moções, foi a história do despacho, foi aquele momento em que supostamente se exaltou, mas desde que assumiu a presidência da assembleia municipal, habituou-se a certos fenómenos que certamente não esperava, como por exemplo aquela cena da

40/41

mesa de campismo aberta e colocada na frente da bancada do TPA em plena assembleia municipal, deixou-o de boca aberta. Mas o que mais o espantou até hoje é que um ex-presidente da assembleia municipal, conhecendo perfeitamente as regras, tenha a audácia de filmar a intervenção do presidente da assembleia e a queira publicar sem ter o respeito de pedir autorização para esse efeito. Disse que acha perfeitamente um absurdo, disse que o deputado Mário Santiago sabe perfeitamente que não o pode fazer, sabe perfeitamente que é ilegal, fê-lo e ainda se gabou. É uma coisa de bradar aos céus, daquelas a que já se habituou, e de cada vez que vem para uma assembleia municipal está sempre à espera da armadilha que lhe vão montar. Mais disse que provavelmente numa próxima assembleia vai equacionar a hipótese de introduzir um ponto no regimento que proíba este tipo de filmagens não autorizadas, embora todos saibam que o não podem fazer. O deputado Mário Santiago pediu a defesa da honra, tendo-lhe sido concedidos três minutos para o fazer. -----

----- O deputado Mário Santiago disse que gostaria de desafiar o Sr. Presidente da Assembleia a provar que ele tinha dito que o tinha filmado. O Sr. Presidente da Assembleia respondeu ao deputado que não ouviu, apenas ouviu gravação áudio. Ao que o deputado ripostou que sendo a assembleia municipal uma sessão pública que está a ser gravada em áudio, porque razão deverá ser proibido a qualquer deputado gravar, toda ou parte da assembleia e terminou. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

----- Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Presidente da Mesa, eram três horas e quatro minutos, da qual, para constar e para efeitos de execução imediata, se lavrou minuta da presente ata, que foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. -----

Presidente _____

1º Secretário _____

2º Secretário _____